RESISTÊNCIA CULTURAL INDÍGENA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DAS LÍNGUAS NATIVAS

MICHELLE RODRIGUES DE FREITAS

RESUMO
Este artigo analisa a resistência cultural indígena no Brasil contemporâneo a partir dos processos de preservação e revitalização das línguas nativas. Parte-se da compreensão da língua como elemento central da identidade, da memória coletiva e da produção de conhecimento dos povos indígenas. Com base em revisão bibliográfica de estudos da linguística indígena, da educação escolar indígena e das políticas linguísticas, o trabalho discute os impactos históricos da colonização e da imposição do português na marginalização das línguas indígenas, bem como os desafios atuais enfrentados para sua manutenção, como a ruptura da transmissão intergeracional, a instabilidade das políticas públicas e o baixo prestígio social dessas línguas. Ao mesmo tempo, o artigo evidencia experiências contemporâneas de revitalização linguística conduzidas por comunidades indígenas, universidades e iniciativas locais, destacando o protagonismo indígena, a educação bilíngue, a cooficialização de línguas e o uso de tecnologias digitais como estratégias de resistência. Conclui-se que a revitalização das línguas indígenas constitui uma prática contra-hegemônica fundamental para a afirmação identitária, a autonomia cultural e a construção de uma sociedade brasileira linguisticamente plural.

PALAVRAS-CHAVE: Línguas indígenas; Resistência cultural; Revitalização linguística; Educação indígena;

ABSTRACT
This article analyzes Indigenous cultural resistance in contemporary Brazil through the preservation and revitalization of native languages. Language is understood as a central element of identity, collective memory, and knowledge production among Indigenous peoples. Based on a bibliographic review of studies in Indigenous linguistics, Indigenous education, and language policies, the article discusses the historical impacts of colonization and the imposition of Portuguese on the marginalization of Indigenous languages, as well as current challenges to their maintenance, such as the disruption of intergenerational transmission, the instability of public policies, and the low social prestige attributed to these languages. At the same time, the study highlights contemporary revitalization experiences led by Indigenous communities, universities, and local initiatives, emphasizing Indigenous protagonism, bilingual education, the co-officialization of Indigenous languages, and the use of digital technologies as strategies of resistance. The article concludes that the revitalization of Indigenous languages represents a fundamental counter-hegemonic practice for cultural autonomy, identity affirmation, and the construction of a linguistically plural Brazilian society.

KEYWORDS: Indigenous languages; Cultural resistance; Language revitalization; Indigenous education;

INTRODUÇÃO

O problema da resistência cultural indígena no Brasil contemporâneo é mais complexo do que a simples necessidade de preservar costumes ou tradições. Trata-se, acima de tudo, de uma batalha em torno dos modos de existir, de pensar e de nomear o mundo. Nesse sentido, as línguas indígenas não são apenas ferramentas de comunicação, mas espaços de memória, cosmologia e poder. Cada língua possui uma maneira distinta de perceber a realidade e de se conectar à natureza, ao divino e à comunidade. Quando uma língua se perde, não é apenas o vocabulário que desaparece: um universo simbólico inteiro, uma epistemologia específica, uma forma particular de organizar o mundo se esvai.

A história do Brasil está marcada pela insidiosa política de apagamento linguístico. As línguas indígenas foram oprimidas desde o processo de colonização, seja pelo uso obrigatório do português durante as missões jesuíticas, seja pelo ensino monolíngue e pela ideia de integração nacional nos séculos seguintes. Estima-se que antes da invasão eu-

ropeia existissem mais de mil línguas nativas no território; hoje, cerca de cento e oitenta ainda são utilizadas ativamente, muitas com número reduzido de falantes e sob ameaça iminente de extinção (DW Brasil, 2025). Essa perda não é casual: ela revela a longa tradição de um projeto colonial que vinculou o desenvolvimento à homogeneização cultural e à rejeição da diversidade linguística.

No entanto, a situação atual também é de resistência. Após a promulgação da Constituição de 1988 — marco no reconhecimento da pluralidade étnica e cultural do país — os povos indígenas começaram a reivindicar não apenas o direito ao espaço físico e ao território, mas também ao espaço simbólico representado pela língua. Escolas bilíngues, grupos de jovens, redes de comunicadores indígenas e projetos de documentação linguística surgiram e redefiniram o espaço da palavra. Nesse sentido, o ressurgimento das línguas indígenas não é meramente pedagógico: é um ato político de reexistência. Reexistir significa contrariar a lógica da extinção e afirmar a continuidade da vida de um povo, apesar das forças de destruição material e simbólica.

Resistir culturalmente é resistir ao poder; falar em resistência cultural é falar em poder. O português foi — e continua sendo — uma forma de dominação epistêmica, pois determina o que pode ser dito, pensado e reconhecido como legítimo e válido. Os povos indígenas não estão apenas reavivando suas línguas, mas também construindo um novo horizonte de autonomia e pensamento. "Adiar o fim do mundo" não é uma atividade metafórica e, como observa o escritor e líder Ailton Krenak, trata-se de um ato cotidiano de reencantamento do mundo por meio da palavra. Nesse sentido, a resistência linguística é também resistência ontológica, um modo de insistir em existir fora dos limites da razão colonial.

A hipótese deste artigo é que a ressurreição das línguas indígenas no Brasil contemporâneo constitui uma das formas mais potentes de resistência cultural, precisamente porque atua no nível do pensamento. Manter uma língua viva é manter o mundo vivo; restaurá-la é criar um novo mundo. Para compreender esse processo, é necessário relacionar a análise histórica da repressão linguística com as práticas modernas de reexistência, considerando o conflito entre tradição e inovação, entre Estado e autonomia, e entre preservação e recriação.

A abordagem deste trabalho é qualitativa e interpretativa, baseada em revisão bibliográfica, análise documental e levantamento de estudos de caso. O recorte temporal centra-se principalmente no período posterior à Constituição de 1988, sem perder de vista os processos históricos de longa duração que moldam o presente. O foco está nas dinâmicas de resistência expressas em práticas linguísticas, educacionais e midiáticas, compreendendo a língua como dimensão política e simbólica da vida social.

O texto possui uma estrutura lógica: a primeira parte apresenta os fundamentos conceituais e teóricos sobre cultura, língua e resistência; a segunda parte aborda o contexto histórico da repressão linguística; a terceira discute os movimentos modernos de revitalização e alguns estudos de caso; e, por fim, a quarta parte analisa os desafios e perspectivas da resistência cultural indígena no Brasil. O percurso, no entanto, não pretende ser meramente descritivo, mas reflexivo: busca-se compreender o que a luta pelas línguas nativas nos ensina sobre o próprio Brasil, sobre as formas de poder e sobre as possibilidades de imaginar outros futuros.

De modo geral, este trabalho sugere que as línguas indígenas não são meros objetos de análise: elas constituem espaços de insurgência, centros de pensamento e ferramentas de transformação. Resistir, para os povos indígenas, não significa apenas evitar a extinção, mas recriar o mundo por meio de outras palavras.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA – CULTURA, LÍNGUA E RESISTÊNCIA

Para realizar uma análise da resistência cultural indígena no Brasil contemporâneo, é necessário estabelecer um diálogo entre diversas tradições teóricas que têm considerado a cultura como um espaço de disputa simbólica, o poder como uma forma de prática discursiva e a língua como um processo de construção de mundo. O conceito de cultura, por exemplo, não pode ser percebido apenas como um conjunto de práticas ou heranças compartilhadas, mas como um

campo de tensão e negociação entre forças hegemônicas e contra-hegemônicas. Para Antonio Gramsci (2001), a cultura é um campo de batalha no qual se trava a luta pela hegemonia — isto é, pela capacidade de um grupo social de universalizar sua visão de mundo e naturalizá-la. Esse conceito é essencial para compreender o funcionamento da colonização linguística no Brasil: a imposição do português como língua nacional não foi apenas um procedimento administrativo, mas uma colonização simbólica, voltada a consolidar a superioridade do protótipo eurocêntrico de humanidade.

Os estudiosos dos Estudos Culturais, incluindo Stuart Hall (2003), ampliaram a abordagem gramsciana, considerando a cultura não como algo fixo ou fundamental, mas como um processo de produção de significados. Hall argumenta que as identidades culturais são construídas dentro de sistemas de representação, os quais nunca estão desvinculados de relações de poder. Dessa forma, o sujeito indígena contemporâneo não é apenas portador de uma tradição "pura", mas um agente em um processo contínuo de reinvenção, no qual a resistência se expressa tanto na manutenção quanto na reconstrução de formas linguísticas e simbólicas de prática. Essa perspectiva é necessária para evitar imaginários romantizados do "índio verdadeiro" e para valorizar a plasticidade imaginativa da resistência.

Na perspectiva teórica decolonial, Aníbal Quijano (2000) introduziu o termo "colonialidade do poder", que designa os remanescentes das hierarquias coloniais mesmo após o fim formal da ordem colonial. Nesse contexto, a língua é considerada uma das principais ferramentas de dominação. A colonização introduziu uma hierarquia epistêmica, na qual as línguas indígenas foram desqualificadas como dialetos ou formas primitivas de fala, ao se estabelecer o português como a língua legítima do Estado e do sistema educacional. Walter Mignolo (2003) amplia essa discussão com o conceito de "colonialidade do saber", enfatizando que o eurocentrismo se perpetua por meio do controle da linguagem e da epistemologia. Descolonizar o saber, no caso de Mignolo, significa desobediência epistêmica, o que, por sua vez, exige a recuperação das línguas indígenas e de seus modos próprios de pensar.

Essa discussão encontra eco nas reflexões de Catherine Walsh (2009), que defende a interculturalidade crítica como prática política de resistência. Para ela, o diálogo intercultural não consiste em uma interação harmoniosa entre culturas, mas em um espaço de confronto e reconstrução, no qual os povos subalternizados possam recriar as condições de produção do conhecimento. Nesse sentido, a reafirmação das línguas indígenas constitui uma prática concreta de interculturalidade crítica: ao reivindicar sua própria gramática e semântica, um povo indígena questiona a universalidade da racionalidade ocidental e reabre a possibilidade do possível.

Essa crítica ganha dimensões existenciais no pensamento indígena contemporâneo. Em Ideias para adiar o fim do mundo, Ailton Krenak (2019) afirma que a língua não é apenas um meio de expressão, mas uma forma de se relacionar com a Terra. "Quando esquecemos a palavra que nos liga à montanha, deixamos de ouvir o que a montanha tem a dizer", afirma Krenak. Assim, a língua não é apenas comunicação, mas uma relação ontológica com o mundo. O mesmo se observa em Davi Kopenawa (2015), cuja obra A Queda do Céu, escrita em parceria com Bruce Albert, demonstra que a cosmologia Yanomami não pode ser compreendida fora da língua: nela, verbo e mito constroem a realidade. Essa visão desestabiliza o dualismo ocidental entre linguagem e natureza e propõe uma ontologia da palavra viva.

Eduardo Viveiros de Castro (2002) concorda com essa perspectiva, mas, como antropólogo, destaca que a linguagem é central para a formação das cosmologias ameríndias. Seu perspectivismo ameríndio parte da ideia de que todos os seres (humanos, animais, espíritos) possuem seu próprio ponto de vista sobre o mundo, e que a distinção entre eles não é de conteúdo, mas de perspectiva. Nesse caso, a língua é o meio pelo qual essas perspectivas se expressam. A destruição de uma língua indígena é, portanto, a destruição de um modo de perceber o mundo. Nesse mesmo sentido, Manuela Carneiro da Cunha (2009) argumenta que as culturas indígenas não podem mais ser vistas como meras corrupções do passado, mas como

formas contemporâneas de conhecimento, que devem ser reconhecidas e valorizadas no espaço público brasileiro.

A partir dessa discussão teórica, é possível compreender que a resistência cultural indígena no Brasil é, antes de tudo, uma resistência epistemológica. A manutenção e a revitalização das línguas nativas não constituem meros esforços de documentação patrimonial, mas ações políticas que desconstroem a lógica colonial de silenciamento. Elas criam o que Mignolo denomina "opção decolonial": a possibilidade de pensar, falar e viver fora dos parâmetros da modernidade ocidental. Assim, ao revitalizar suas línguas, os povos indígenas não estão apenas lutando por reconhecimento — estão redefinindo as condições de produção do conhecimento e da própria vida.

A REPRESSÃO LINGUÍSTICA NA FORMAÇÃO DO BRASIL

A opressão das línguas indígenas no Brasil não é um evento isolado ou ocasional, mas sim um processo contínuo e estruturante na constituição do Estado nacional. Desde a era colonial até o século XX, a imposição do português como língua oficial exclusiva foi uma estratégia planejada de assimilação cultural e controle social. Essa política linguística não se limitou à proibição direta do uso das línguas nativas; ela também incluiu uma série de práticas destinadas a deslegitimar, silenciar e, na maioria dos casos, destruir os meios indígenas de expressão e pensamento.

O uso das línguas indígenas era permitido durante o período colonial em determinadas condições, especialmente na catequese realizada pelos jesuítas. Mas, a longo prazo, essa tolerância deu lugar a uma política de repressão ativa. Em 1758, o Primeiro-Ministro de Portugal, o Marquês de Pombal, decretou o fim do ensino e do uso do Tupi e de outras línguas nativas, estabelecendo o português como a língua oficial do Brasil. Isso visava garantir que os povos indígenas fossem assimilados à cultura portuguesa e, assim, suas culturas e línguas originais fossem gradualmente eliminadas.

A repressão linguística se intensificou no século XIX, com a expansão do Império e a consolidação do Estado brasileiro. A política indigenista adotada consistia na proteção dos aliados e na guerra aberta contra os indígenas que se opunham ao processo de colonização. Essa prática levou à imposição do português como única língua nas escolas e instituições estatais, excluindo as línguas nativas e dificultando sua transmissão às gerações seguintes.

O processo de nacionalização atingiu seu ápice no século XX, especialmente durante o Estado Novo (1937–1945). O governo federal implementou políticas voltadas à homogeneização cultural, como a proibição do uso das línguas indígenas em escolas e espaços públicos. Essas políticas vieram acompanhadas de medidas repressivas, como a criação de campos de concentração para indígenas considerados "rebeldes", onde eram submetidos a trabalhos forçados e punições corporais. Um exemplo emblemático dessa política de repressão cultural e linguística foi o Reformatório Krenak, fundado em 1969 em Minas Gerais.

Além das políticas estatais, uma ideologia que considerava as línguas indígenas como primitivas ou inferiores também contribuiu para a repressão linguística. Essa percepção eurocêntrica deslegitimava as línguas indígenas e suas culturas correspondentes, colaborando para o processo de glotocídio — a destruição de línguas e, consequentemente, de modos de vida e cosmovisões indígenas.

As consequências dessa repressão linguística foram desastrosas para as comunidades indígenas. Muitas línguas desapareceram, assim como os conhecimentos ancestrais, práticas culturais e estruturas sociais. A perda de uma língua não é apenas uma questão de comunicação, mas de pertencimento e identidade. Quando uma língua desaparece, perde-se uma forma única de perceber e interpretar o mundo.

No entanto, apesar de séculos de repressão, as línguas indígenas não desapareceram completamente. Muitas comunidades resistiram e continuam resistindo, mantendo vivas suas línguas e culturas. A revitalização linguística tornou-se uma estratégia central de resistência e afirmação identitária. Políticas como educação bilíngue, documentação linguística e cooficialização foram adotadas em diferentes regiões do Brasil, visando reverter os danos causados pela repressão

linguística e promover a valorização das línguas indígenas como patrimônio cultural e epistemológico.

A RESISTÊNCIA LINGUÍSTICA: PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE REVITALIZAÇÃO

A resistência à dominação linguística pelos povos indígenas no Brasil não se dá por meio da preservação passiva de línguas ameaçadas, mas sim por processos ativos de revitalização que unem saberes ancestrais a novas abordagens. Todos esses esforços visam reverter o processo de glotocídio causado por séculos de opressão cultural e linguística, incentivando o renascimento e o fortalecimento das línguas indígenas como componentes fundamentais da identidade e da cosmovisão dos povos originários.

Entre as abordagens que têm causado maior impacto nesse processo está o modelo de imersão linguística, baseado em práticas de revitalização de línguas indígenas de outras partes do mundo. O programa de "ninhos de língua", criado pelo povo Kaingang sob a orientação da linguista indígena Márcia Gojten Nascimento, adapta essa metodologia ao contexto brasileiro. Os ninhos de língua são espaços de imersão onde crianças e adultos convivem e aprendem a língua indígena em ambientes naturais e culturais, garantindo a transmissão intergeracional e o uso cotidiano da língua.

Além disso, a documentação linguística tem desempenhado um papel crucial na manutenção e revitalização das línguas indígenas. Os projetos de documentação incluem gravações de falantes nativos, transcrição de textos orais, tradução desses textos e a elaboração de materiais didáticos que auxiliam no ensino e na aprendizagem das línguas. Esses esforços não apenas preservam o patrimônio linguístico, mas também fortalecem a autoestima das comunidades e fazem com que suas línguas sejam reconhecidas como legítimas e valiosas.

No âmbito institucional, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) também tem sido fundamental na promoção da revitalização linguística. Em 2025, a Funai lançou quatro cartilhas digitais que abordam temas como línguas orais indígenas, línguas indígenas de sinais, português indígena e cooficialização de línguas. Essas cartilhas foram desenvolvidas em cooperação com os próprios povos indígenas e têm como objetivo orientar políticas públicas que garantam o direito à diversidade linguística e cultural no Brasil.

A tecnologia digital também tem colaborado com a revitalização linguística. Aplicativos como o Linklado, criado para apoiar a escrita em mais de 40 línguas indígenas da Amazônia, permitem que as comunidades produzam e compartilhem materiais em suas línguas nativas, promovendo a inclusão digital e a preservação linguística.

Essas práticas e estratégias de revitalização linguística revelam que a resistência indígena não é apenas uma resposta à opressão histórica, mas uma iniciativa ativa que busca tornar as línguas elementos centrais da identidade e da cultura dos povos originários. A revitalização linguística é, portanto, uma forma de resistência epistemológica que confronta as estruturas de poder e propõe uma visão de mundo plural e inclusiva.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A REVITALIZAÇÃO LINGUÍSTICA INDÍGENA NO BRASIL

A restauração das línguas indígenas no Brasil enfrenta uma combinação complexa de questões estruturais relacionadas a aspectos sociais, políticos, educacionais e epistemológicos. Esforços comunitários e institucionais têm alcançado muito, mas o processo de revitalização linguística ocorre em um cenário marcado por desigualdades históricas e pela preservação da colonialidade nas relações entre o Estado e os povos indígenas. Esses desafios são pontos fundamentais para que as políticas linguísticas contemporâneas sejam analisadas e se compreendam seus limites e possibilidades.

O desafio mais sério é a interrupção da transmissão intergeracional, resultado de séculos de repressão linguística e violência estatal. O deslocamento forçado, a proibição das línguas nativas em espaços públicos e a estigmatização cultural também afetaram muitas comunidades, levando à fragmentação de suas línguas. Como afirma Luciana Storto (2019), a interrupção da transmissão não é apenas um fenômeno linguístico, mas uma desintegração social que influencia diretamente os conhecimentos tradicionais relacionados à língua. Essa preocupação torna-se ainda mais urgente em línguas severamente ameaçadas, com poucos falantes

idosos, nas quais são necessárias metodologias específicas de documentação rápida e formação de novos falantes.

Outro problema grave é a ausência de políticas públicas contínuas e coerentes, especialmente na área da educação. A educação escolar indígena bilíngue — garantida na legislação brasileira desde a Constituição de 1988 e prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996) — tem sido prejudicada por fatores como a escassez de professores indígenas formados, a falta de materiais didáticos em línguas nativas e a carência de infraestrutura adequada. Segundo Rosa (2003), muitos tratam a educação bilíngue como um complemento pedagógico, e não como eixo central da autonomia cultural indígena. Isso resulta em práticas desconectadas e inconsistentes, incapazes de promover uma verdadeira valorização linguística.

Além disso, a revitalização linguística enfrenta o problema do baixo prestígio social das línguas indígenas no imaginário coletivo brasileiro. Durante muito tempo, essas línguas foram consideradas vestígios de um passado "primitivo", ideia sustentada por discursos que associam progresso ao monolinguismo em português. Como apontam Moore, Galucio e Gabas Jr. (2008), a baixa presença das línguas indígenas na mídia e nas políticas culturais nacionais contribui para a marginalização linguística e a deslegitimação desses sistemas como formas válidas de conhecimento.

Do ponto de vista institucional, as políticas linguísticas sofrem com instabilidade administrativa e dependência de vontade política. Mudanças de governo geralmente levam à descontinuidade de programas, à redução de verbas e a retrocessos normativos. Projetos de documentação e revitalização — que exigem continuidade — tornam-se vulneráveis. Somam-se a isso entraves burocráticos e a falta de coordenação entre universidades, órgãos governamentais e comunidades indígenas, o que dificulta a execução de iniciativas de longo prazo.

Apesar dessas dificuldades, existem perspectivas promissoras que apontam para o crescimento e o fortalecimento da revitalização linguística no Brasil. Um dos principais fatores é o aumento do protagonismo indígena na formulação, implementação e gestão de políticas linguísticas. Um número crescente de linguistas indígenas, professores e lideranças comunitárias tem assumido papéis centrais, produzindo materiais didáticos, conduzindo pesquisas acadêmicas e organizando iniciativas de revitalização. Esse movimento reforça a ideia de que a revitalização linguística só pode ser efetiva quando conduzida pelos próprios povos indígenas — não como objetos de ação externa, mas como sujeitos epistemológicos.

As possibilidades de revitalização também têm sido ampliadas pela tecnologia digital. Redes sociais, aplicativos de teclado e plataformas de comunicação permitem a criação de conteúdo em línguas indígenas e a formação de novos falantes, especialmente entre os jovens. De acordo com Seki (2010), a vitalidade linguística depende de práticas vivas de uso, e o ambiente digital tem se mostrado um espaço fértil para essas práticas, desde que o uso digital esteja alinhado às necessidades e repertórios linguísticos das próprias comunidades.

Outro aspecto encorajador é o crescimento da cooficialização de línguas indígenas em municípios brasileiros, o que reforça o reconhecimento jurídico e simbólico dessas línguas como parte do patrimônio cultural nacional. A cooficialização não apenas legitima o uso das línguas em espaços institucionais, mas também estimula a criação de políticas municipais de valorização cultural, aumentando a visibilidade e o prestígio linguístico.

Por fim, o desenvolvimento de programas de formação de professores e pesquisadores indígenas em universidades públicas tem possibilitado o surgimento de uma nova geração de intelectuais comprometidos com a revitalização linguística e cultural de seus povos. Essa tendência contribui para a criação de um ambiente acadêmico mais plural, no qual as epistemologias indígenas possam dialogar com a ciência ocidental em condições mais equitativas.

Assim, apesar dos desafios profundos, as possibilidades de recuperação linguística indígena no Brasil apontam para caminhos de regeneração e fortalecimento cultural, baseados no protagonismo indígena, na criatividade tecnológica e pedagógica e em um compromisso ético com o pluralismo linguístico e epistêmico do país.

O PAPEL DO ESTADO, DAS UNIVERSIDADES E DOS MOVIMENTOS INDÍGENAS NA REVITALIZAÇÃO LINGUÍSTICA

A restauração das línguas indígenas no Brasil contemporâneo não pode ser explicada como resultado exclusivo de esforços comunitários isolados, nem como consequência automática de políticas estatais. Trata-se, antes, de um campo de disputas no qual Estado, academia e movimentos indígenas se engajam em relações desiguais. Cada um desses atores desempenha papéis específicos, influenciados por relações de poder, debates epistemológicos e diferentes concepções de língua, cultura e conhecimento.

O reconhecimento jurídico das línguas indígenas no âmbito estatal representa um passo significativo, porém insuficiente. A Constituição Federal de 1988 assegura aos povos indígenas o direito às suas línguas, costumes e formas próprias de organização social, além de estabelecer a base legal para uma educação escolar indígena diferenciada. No entanto, como observa Gersem Baniwa (2013), a discrepância entre o reconhecimento formal e a efetivação prática desses direitos ainda é elevada. As políticas públicas voltadas à diversidade linguística tendem a ser fragmentadas, circunstanciais e frequentemente subordinadas a projetos mais amplos de integração nacional, o que limita sua capacidade de promover a autonomia linguística indígena.

A ausência de uma política linguística nacional consistente contribui para a precariedade das ações de revitalização. Programas de documentação e ensino das línguas indígenas geralmente funcionam por meio de editais temporários ou projetos de curta duração, o que contrasta com a necessidade de continuidade de longo prazo exigida pelos processos de fortalecimento linguístico. Denny Moore, Ana Vilacy Galucio e Nilson Gabas Jr. (2008) enfatizam que a sobrevivência das línguas indígenas depende de políticas estruturantes capazes de garantir financiamento contínuo, formação de quadros especializados e articulação entre diferentes níveis governamentais.

As universidades públicas brasileiras ocupam uma posição ambígua nesse cenário. Por um lado, têm sido espaços centrais para a documentação linguística, a formação de pesquisadores e a produção de materiais didáticos em línguas indígenas. Por outro, historicamente operaram a partir de epistemologias ocidentais que frequentemente trataram os povos indígenas como objetos de estudo, e não como produtores de conhecimento. Essa tensão tem sido amplamente discutida por estudiosos da linguística e da antropologia, que ressaltam a necessidade de repensar as relações entre pesquisa acadêmica e comunidades indígenas (SEKI, 2010).

Nas últimas décadas, contudo, observa-se uma mudança significativa, marcada pelo maior acesso de estudantes indígenas ao ensino superior e pelo surgimento de pesquisadores indígenas atuando nas áreas de linguística, educação e antropologia. Esse movimento tem contribuído para questionar hierarquias epistêmicas tradicionais e redefinir práticas acadêmicas, ao incorporar perspectivas enraizadas nas próprias comunidades indígenas. Como argumenta Baniwa (2013), a presença indígena nas universidades não apenas fortalece os processos de revitalização linguística, mas também tensiona os fundamentos da produção científica no Brasil, ao exigir o reconhecimento da pluralidade de saberes.

Os movimentos indígenas, por sua vez, desempenham um papel central na redefinição do significado da revitalização linguística. Para além da preservação do patrimônio cultural, a língua é compreendida como instrumento político, elemento constitutivo da identidade coletiva e meio de transmissão de conhecimentos ancestrais. Nessa perspectiva, revitalizar uma língua significa reafirmar a existência de um povo e sua continuidade histórica diante das pressões assimilacionistas. Essa abordagem rompe com visões tecnicistas da linguística e coloca a língua no centro das lutas por território, educação e autodeterminação.

Essa dimensão política da revitalização pode ser observada na articulação entre movimentos indígenas e processos de cooficialização de línguas em municípios brasileiros. Embora tais medidas nem sempre eliminem as desigualdades estruturais, elas ampliam o reconhecimento público das línguas indígenas e criam novos espaços institucionais

para seu uso. Como observam Moore, Galucio e Gabas Jr. (2008), o reconhecimento oficial contribui para elevar o prestígio linguístico e fortalecer a autoestima dos falantes — fatores essenciais para a manutenção do uso intergeracional das línguas.

Nesse contexto, a retomada linguística indígena pode ser entendida como um processo coletivo, marcado por conflitos, negociações e alianças. Estado, universidades e movimentos indígenas não atuam de forma homogênea nem isenta de contradições. Ainda assim, quando articulados a partir do protagonismo indígena, esses atores podem contribuir para a construção de políticas linguísticas mais justas e eficazes. Assim, o ressurgimento das línguas indígenas no Brasil não deve ser visto apenas como preservação cultural, mas como parte das lutas contemporâneas por reconhecimento, autodeterminação e justiça histórica.

EXPERIÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DE REVITALIZAÇÃO LINGUÍSTICA INDÍGENA NO BRASIL

As experiências de revitalização linguística indígena no Brasil contemporâneo demonstram que, apesar das limitações estruturais das políticas públicas, os povos indígenas têm desenvolvido estratégias próprias para fortalecer o uso de suas línguas em diferentes contextos sociais, educacionais e institucionais. Essas experiências não seguem um modelo único, mas são moldadas pelas condições históricas, demográficas e territoriais de cada povo, evidenciando que a revitalização linguística é um processo plural, localizado e profundamente vinculado à autonomia comunitária.

No campo educacional, as escolas indígenas tornaram-se espaços centrais para a retomada e o fortalecimento das línguas nativas. Entre os Tikuna, no Alto Solimões, a educação bilíngue tem sido utilizada como instrumento de valorização da língua e da identidade coletiva, com materiais didáticos produzidos por professores indígenas e a incorporação de narrativas tradicionais ao currículo escolar. Estudos de Lucy Seki (2010) indicam que o uso da língua indígena não apenas como objeto de ensino, mas como língua de instrução, tem impacto positivo na ampliação de seus domínios de uso e no fortalecimento da transmissão intergeracional.

Outra experiência relevante ocorre entre os Pataxó, no sul da Bahia, onde processos de retomada linguística têm sido desenvolvidos mesmo após períodos de interrupção quase total do uso da língua. Nesses casos, a revitalização envolve pesquisa histórica, reconstrução linguística e ensino sistemático da língua em contextos comunitários e escolares. Tais experiências demonstram que a revitalização não se limita à manutenção de línguas ainda amplamente faladas, mas pode incluir processos de reapropriação linguística associados à reconstrução identitária e política dos povos indígenas (BANIWA, 2013).

No plano institucional, a cooficialização de línguas indígenas em municípios brasileiros constitui uma das iniciativas mais importantes de reconhecimento jurídico e simbólico. O caso do estado do Amazonas, onde Nheengatu, Tukano e Baniwa foram declaradas línguas cooficiais ao lado do português por legislação municipal, é frequentemente citado na literatura sobre políticas linguísticas no Brasil. Conforme analisam Eduardo de Almeida Navarro e, posteriormente, Oliveira (2008), a cooficialização contribui para elevar o status social das línguas indígenas e ampliar seu uso em documentos oficiais, sinalização urbana e serviços públicos, ainda que enfrente desafios práticos de implementação.

As tecnologias digitais também têm assumido papel cada vez mais relevante nas experiências contemporâneas de revitalização. O uso de redes sociais, vídeos, áudios e aplicativos de escrita em línguas indígenas tem possibilitado a criação de novos espaços de circulação linguística, especialmente entre as gerações mais jovens. Seki (2010) observa que a inserção das línguas indígenas em novos meios de comunicação não implica perda de autenticidade, mas evidencia sua capacidade de renovação e resistência frente às transformações sociais. Essas práticas ampliam a presença cotidiana das línguas indígenas e contribuem para sua normalização em contextos anteriormente dominados exclusivamente pelo português.

É importante ressaltar que essas experiências não estão livres de tensões. A revitalização linguística frequentemente ocorre em

meio a disputas internas sobre normas linguísticas, variedades dialetais e sistemas de escrita, além de enfrentar limitações materiais e institucionais. Moore, Galucio e Gabas Jr. (2008) destacam que o êxito dessas iniciativas depende da articulação entre conhecimentos linguísticos, saberes tradicionais e decisões políticas tomadas pelas próprias comunidades.

Em conjunto, as experiências contemporâneas de revitalização linguística no Brasil evidenciam que a resistência cultural indígena se manifesta de forma ativa e criativa, articulando educação, política, tecnologia e memória coletiva. Longe de serem meras tentativas de preservar o passado, essas iniciativas reafirmam as línguas indígenas como práticas vivas, capazes de produzir conhecimento, fortalecer identidades e projetar futuros possíveis em um contexto marcado por desigualdades históricas.

LÍNGUA, RESISTÊNCIA CULTURAL E COLONIALIDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

A revitalização das línguas indígenas no Brasil contemporâneo deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de resistência cultural frente às múltiplas formas de colonialidade que continuam a estruturar as relações entre o Estado, a sociedade nacional e os povos indígenas. Nesse contexto, a língua não se reduz a um simples instrumento de comunicação, mas constitui um elemento central na formação de identidades coletivas, na transmissão de saberes e na afirmação política dos povos indígenas como sujeitos históricos.

O conceito de colonialidade, conforme discutido por autores latino-americanos, permite compreender como as hierarquias impostas no período colonial continuam operando no presente, especialmente nos campos do conhecimento e da cultura. Apesar do reconhecimento formal da diversidade étnica e linguística na Constituição brasileira, persiste uma lógica que privilegia o português como língua legítima do espaço público e da racionalidade moderna. Segundo Moore, Galucio e Gabas Jr. (2008), essa hierarquização linguística contribui para a marginalização das línguas indígenas e para sua exclusão dos domínios institucionais.

Nesse cenário, a resistência linguística indígena emerge como prática política que confronta diretamente a colonialidade do saber. Ao preservar, revitalizar ou retomar suas línguas, os povos indígenas afirmam formas próprias de conceber o mundo, o tempo, o território e as relações sociais. Lucy Seki (2010) destaca que as línguas indígenas carregam categorias semânticas e estruturas discursivas que expressam conhecimentos singulares, muitas vezes incompatíveis com os modelos hegemônicos ocidentais. A perda de uma língua implica, portanto, não apenas a extinção de um sistema linguístico, mas a supressão de uma epistemologia.

A articulação entre língua e identidade também é central nos processos contemporâneos de resistência cultural. Como argumenta Gersem Baniwa (2013), a revitalização linguística está profundamente vinculada às lutas por reconhecimento, território e autonomia política. Em muitos contextos, o fortalecimento da língua acompanha processos de reorganização social e reafirmação identitária, funcionando como eixo simbólico em torno do qual se constroem projetos coletivos de futuro. A língua deixa, assim, de ser vista como herança estática do passado e passa a ser mobilizada como recurso estratégico no presente.

As experiências analisadas ao longo deste trabalho demonstram que a revitalização linguística indígena não ocorre de forma isolada, mas se articula em redes de cooperação entre comunidades, universidades e, em menor medida, instituições estatais. Ainda que essas relações sejam atravessadas por assimetrias de poder, observa-se um deslocamento progressivo em direção ao protagonismo indígena na definição de prioridades, metodologias e objetivos. Esse movimento tensiona práticas acadêmicas tradicionais e desafia o Estado a reconhecer efetivamente a pluralidade linguística e epistêmica do país.

Ao mesmo tempo, a incorporação das línguas indígenas em novos espaços — como escolas, universidades, meios digitais e legislações municipais — evidencia sua capacidade de adaptação a contextos contemporâneos sem perda de especificidade cultural. Como ressaltam Moore, Galucio e Gabas Jr. (2008), a vitalidade linguística depende da ampliação dos domínios de uso, e

não da idealização de uma língua "pura" ou cristalizada no passado. Nesse sentido, a resistência cultural indígena se expressa justamente na reinvenção contínua das práticas linguísticas.

Assim, a revitalização das línguas indígenas no Brasil contemporâneo pode ser compreendida como um processo contra-hegemônico, que confronta discursos assimilacionistas e propõe outras formas de coexistência cultural. Ao resistirem à homogeneização linguística, os povos indígenas afirmam a legitimidade de seus saberes, de suas histórias e de seus projetos de futuro. A língua, nesse contexto, não é apenas objeto de preservação, mas instrumento ativo de luta, memória e transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar a resistência cultural indígena no Brasil contemporâneo a partir da preservação e da revitalização das línguas nativas, compreendendo a língua como elemento central da identidade, da memória coletiva e da ação política dos povos indígenas. Ao longo do trabalho, argumentou-se que a revitalização linguística não constitui apenas uma reação à ameaça de extinção das línguas, mas integra um conjunto mais amplo de lutas por reconhecimento, autonomia e justiça histórica em um contexto ainda marcado pela colonialidade.

A análise demonstrou que a situação contemporânea das línguas indígenas no Brasil é resultado de processos históricos de violência simbólica e material, que impuseram o português como língua hegemônica e relegaram as línguas indígenas à marginalização social e institucional. Embora a diversidade linguística tenha sido reconhecida juridicamente pela Constituição Federal de 1988, persiste uma distância significativa entre os direitos formalmente garantidos e sua efetivação prática, especialmente no campo da educação escolar indígena e das políticas linguísticas de longo prazo.

Os desafios identificados — como a ruptura da transmissão intergeracional, a instabilidade das políticas públicas, o baixo prestígio social das línguas indígenas e a fragilidade estrutural dos programas de revitalização — evidenciam que a sobrevivência dessas línguas não pode ser assegurada por ações localizadas ou de curto prazo. Pelo contrário, a revitalização linguística requer políticas estruturantes, continuidade institucional e, sobretudo, o protagonismo dos próprios povos indígenas na definição de estratégias e prioridades.

Ao mesmo tempo, o estudo destacou experiências contemporâneas que apontam caminhos possíveis de fortalecimento linguístico, como a educação bilíngue conduzida por professores indígenas, a cooficialização de línguas em municípios brasileiros, a atuação de pesquisadores indígenas nas universidades e o uso crescente de tecnologias digitais como espaços de circulação linguística. Essas experiências demonstram que as línguas indígenas permanecem vivas e capazes de se reinventar, desde que inseridas em contextos sociais que reconheçam sua legitimidade e valor cultural.

Do ponto de vista teórico, a articulação entre língua, resistência cultural e colonialidade permitiu compreender a revitalização linguística como prática contra-hegemônica. Ao preservar e revitalizar suas línguas, os povos indígenas enfrentam não apenas a homogeneização linguística, mas também modelos únicos de produção de conhecimento, reafirmando a pluralidade epistêmica que constitui a sociedade brasileira. Nesse sentido, a língua deixa de ser vista como relíquia congelada do passado e passa a ser compreendida como instrumento dinâmico de construção de futuros possíveis.

Por fim, este trabalho aponta para a necessidade de aprofundar pesquisas que abordem as línguas indígenas a partir de perspectivas interdisciplinares, capazes de articular linguística, antropologia, educação e estudos decoloniais. Destaca-se também a urgência de ampliar o diálogo entre Estado, universidades e movimentos indígenas, garantindo que as políticas linguísticas sejam formuladas e implementadas a partir das demandas e dos saberes das próprias comunidades. Somente assim será possível consolidar uma revitalização linguística que ultrapasse a preservação simbólica e contribua efetivamente para o reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos plenos de direitos, saberes e vozes no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. C. Aspectos das políticas indigenistas no Brasil. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/rQk3vztRBF6WNbwCdwPTPFQ/. Acesso em: 10 ago. 2025.

AMARAL, Luiz. Estratégias para a revitalização de línguas ameaçadas e a realidade brasileira. Cadernos de Linguística, v. 1, n. 3, p. 1-44, 2020. Disponível em: https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/251. Acesso em: 22 ago. 2025.

BANIWA, Gersem. Educação escolar indígena no Brasil: avanços, limites e desafios. Brasília: Ministério da Educação, 2013.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: violações de direitos humanos contra povos indígenas. Brasília: CNV, 2014

CASTRO, Eduardo Viveiros de. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Cultura com aspas. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

FRANCHETTO, Bruna. Línguas silenciadas, novas línguas. Povos Indígenas no Brasil, Instituto Socioambiental. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/L%C3%ADnguas_silenciadas%2C_novas_l%C3%ADnguas . Acesso em: 09 ago. 2025.

FREIRE, J. R. B.; ROSA, M. C. (orgs.). Línguas gerais: política linguística e catequese na América do Sul no período colonial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

FUNAI. MPI publica quatro cartilhas digitais para valorizar línguas indígenas. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2025/04/mpipublica-quatro-cartilhas-digitais-para-valorizar-linguas-indigenas. Acesso em: 22 ago. 2025.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LINKLADO. Linklado: teclado digital para línguas indígenas. 2022. Disponível em: https://www.linklado.com/. Acesso em: 22 ago. 2025.

MIGNOLO, Walter. Histórias locais / designs globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

Ministério dos Povos Indígenas. Resgatar e preservar: línguas indígenas são repositórios de saberes ancestrais. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/povosindigenas/ptbr/assuntos/noticias/2024/08/resgatar-e-preservar-linguas-indigenas-sao-repositorios-desaberes-ancestrais. Acesso em: 09 ago. 2025.

MOORE, Denny; GALUCIO, Ana Vilacy; GABAS JR., Nilson. Descrições de línguas indígenas brasileiras. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

MOORE, Denny; GALUCIO, Ana Vilacy; GABAS JR., Nilson. O desafio de documentar e preservar as línguas amazônicas. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Plurilinguismo no Brasil: repressão e resistência linguística. Synergies Brésil, n. 7, p. 19-26, 2009. Disponível em: https://gerflint.fr/Base/Bresil7/gilvan.pdf. Acesso em: 10 ago. 2025.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Políticas linguísticas no Brasil: a cooficialização de línguas indígenas. São Paulo: IPOL, 2008.

NASCIMENTO, Márcia Gojten; MAIA, Marcus; WHAN, Chang. Kanhgág vĩ jagfe: ninho de língua e cultura Kaingang na Terra Indígena

Nonoai (RS) – uma proposta de diálogo intercultural com o povo Māori da Nova Zelândia. Revista Linguística, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 367-383, jan. 2017

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. Revista Internacional de Ciencias Sociales, v. 50, n. 168, p. 533-580, 2000.

SEKI, Lucy. As línguas indígenas no Brasil: situação atual e perspectivas de sobrevivência. In: OLIVEIRA, Miguel (org.). Linguística indigenista no Brasil. São Paulo: Contexto, 2010. p. 55–78.

SIMAS, H. C. P. O. As línguas indígenas do Brasil. 2023. Disponível em: https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/7325/5/2%20HELLEN%20CRISTINA%20PI CANA%CC%83-O%20SIMAS%20G238.pdf. Acesso em: 17 ago. 2025.

STORTO, Luciana. Línguas indígenas: diversidade e desafios. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 66, n. 4, p. 26–29, 2014.

STORTO, Luciana Raccanello. Línguas indígenas: tradição, universais e diversidade. Campinas: Mercado de Letras, 2019.

VEIGA, Edison. Iniciativas tentam revitalizar línguas indígenas no Brasil. Deutsche Welle, 28 jun. 2025. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/iniciativas-tentam-revitalizar-l%C3%ADnguas-ind%C3%ADgenas-no-brasil/a-73026547. Acesso em: 09 ago. 2025.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Abya-Yala, 2009.